

2. Estatuto dos Eleitos Locais – Seguro de Acidentes Pessoais.

Submete-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 17.º da Lei n.º 29/87, de 30 de junho, na sua redação atual, proposta para a fixação do valor e coberturas do seguro de acidentes pessoais para os membros dos órgãos autárquicos para o ano 2024 e 2025. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo.

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE EXECUTIVO MUNICIPAL

N.º Informação: 22454

Data: 07/03/2024

Assunto: ESTATUTO DOS ELEITOS LOCAIS – SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS

| Deliberações | |
|----------------------------------|--------------------------------------|
| Deliberação da Câmara Municipal: | Deliberação da Assembleia Municipal: |

| Despacho |
|---|
| O Presidente |
| O(a) Vice-Presidente , à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro) |

PROPOSTA: Submete-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 17.º da Lei n.º 29/87, de 30 de junho, na sua redação atual, proposta para a fixação do valor e coberturas do seguro de acidentes pessoais para os membros dos órgãos autárquicos para o ano 2024 e 2025.

Considerando que:

1. Nos termos do disposto no Estatuto dos Eleitos Locais (Lei nº 29/87 de 30 de Junho), os membros de órgãos autárquicos têm direito a um seguro de acidentes pessoais mediante deliberação dos respetivos órgãos, que fixarão o seu valor.
2. Para os membros dos órgãos executivos em regime de permanência, o valor do seguro não pode ser inferior a 50 vezes a respetiva remuneração mensal **(188.938,50 € para o Presidente e 151.151,00 € para os Vereadores em regime de permanência a tempo inteiro)**.
3. Desta forma, o Município de Braga vem celebrando, nos termos a que está obrigado por Lei, seguro de acidentes pessoais para os membros dos seus Órgãos (Câmara Municipal e Assembleia Municipal).

4. Tem sido política deste Executivo, a exemplo do sucedido em outras Autarquias, celebrar tais seguros por valores de responsabilidade acima dos montantes mínimos fixados pela Lei e anteriormente referidos.
5. Para os anos de 2024 e 2025 propõe-se a consideração das seguintes coberturas e valores que, conforme se pode verificar, fixam capitais acima dos mínimos legais:

COBERTURAS, CAPITAIS SEGUROS E GARANTIAS

1.1. CAPITAIS E COBERTURAS

| Pessoas Seguras | Número | Morte ou Invalidez Permanente | Incapacidade Temporária | Despesas de Tratamento e Repatriamento | Despesas Funeral |
|---|---------------|--------------------------------------|--------------------------------|---|-------------------------|
| Presidente | 1 | 250 000,00 € | 250,00€/dia | 30 000,00 € | 3 000,00 € |
| Vice-Presidente | 1 | 250 000,00 € | 175,00€/dia | 25 000,00 € | 3 000,00 € |
| Vereadores em regime de permanência | 4 | 250 000,00 € | 175,00€/dia | 25 000,00 € | 3 000,00 € |
| Vereadores em regime de não permanência | 5 | 250 000,00 € | 105,00€/dia | 20 000,00 € | 2 500,00 € |
| Membros da Assembleia Municipal | 75 | 250 000,00 € | 105,00€/dia | 20 000,00 € | 2 500,00 € |

1.2. OUTRAS COBERTURAS E CAPITAIS SEGUROS

| Presidente, Vice-presidente e Vereadores em Regime de permanência | |
|--|-----------------------|
| Cobertura Garantida | Capital Seguro |
| Subsídio Diário por Hospitalização (Acidente): | 50,00 €/Dia |
| Busca e Salvamento | 1.000,00 € |
| Readaptação de Habitação e Modificação de Veículo | 5.000,00 € |
| Paraplegia | 25.000,00 € |
| Tetraplegia | 50.000,00 € |
| Bens Pessoais | 5.000,00 € |
| Vereadores em regime de não permanência e membros da Assembleia Municipal | |
| Subsídio Diário por Hospitalização (Acidente): | 25,00 €/Dia |
| Busca e Salvamento | 1.000,00 € |

Em face do exposto propõe-se que a Câmara delibere:

Que a presente proposta seja submetida a deliberação da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 17.º da Lei n.º 29/87, de 30 de junho.

O Presidente da Câmara Municipal / O (a) Vereador (a)